

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA EM ESCOLAS DA ZONA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PARINTINS, UMA PROPOSTA DE ENSINO.

Autor: Daniele Greize Belém de Oliveira; Co-autor Arcangelo da Silva Ferreira

Universidade do Estado do Amazonas-UEA, danielegreize@gmail.com; Universidade do Estado do Amazonas-UEA, asf1969@outlook.com

Resumo: O artigo procura refletir a problemática do Ensino de História, direcionando ao estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena à luz da lei 11.645/08, para tanto traz a baila o resultado da experiência de Pesquisa e Extensão realizadas nas escolas de área urbana e rural do município de Parintins-AM, no período de agosto de 2013 a agosto de 2014, a fim de verificar se de fato as escolas estão se adequando a referida lei, de que forma esse conteúdos são proporcionados aos alunos, seriam com o intuito de mudança de mentalidades, bem como levá-los a reflexão sobre a importância do negro e indígena na construção cultural do Brasil, ou como uma simples imposição da lei. Neste sentido no primeiro momento realizou-se o estudo sobre os teóricos a fim de proporcionar-nos o aporte teórico necessário para desenvolver tal pesquisas, em seguida partimos para o trabalho in loco a partir de visitas realizadas nas referidas escolas, durante essas visita realizamos atividades onde buscou-se enfatizar a cultura afro-brasileira e indígena, bem como problematiza algumas questões relacionadas a temática a fim de desenvolver uma consciência histórica nos estudantes para que compreendessem que tais povos deixaram um legado significativo à cultura e sociedade brasileira. Como resultados obtidos nessa pesquisa, percebemos que muitas escolas ainda não se adequaram à nova lei devido a vários problemas, dentre eles a falta de formação continuada aos professores, que sentem dificuldades em inserir as novas temáticas no planos de aula devido ao déficit na própria formação, uma vez que essas temáticas não fizeram parte da formação da maioria dos professores que estão em sala.

Palavras-chave: Cultura Afro-Brasileira, Indígena, inclusão.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por intuito, apresentar o resultado final de uma pesquisa financiada pelo Projeto de Extensão da Universidade do Estado do Amazonas-UEA, intitulada: “História e cultura Afro-Brasileira e Indígena em escolas da zona urbana e rural do município de Parintins, uma proposta de ensino.”. Serão apresentadas as observações e práticas de oficinas realizadas nas escolas Aderson de Menezes e Dom Gino Malvestio, localizadas na zona urbana, e a escola São José da Terra Preta, situada na zona rural, no município de Parintins. Trabalhamos com alunos do 5º ao 6º ano do fundamental na Escola Aderson de Menezes, turno vespertino, 1º ao 3º ano do Ensino

Médio na Escola Dom Gino, turno noturno, e 7º e 8º do fundamental na escola São José da Terra Preta, turno vespertino.

A escolha das referidas escolas tem caráter singular. Duas escolas situadas na zona urbana (Aderson de Menezes e Dom Gino) trabalham diretamente com a questão indígena e a escola situada na zona rural (São José) tem evidências da presença de quilombolas. Trabalhar nessas escolas em suas especificidades, com alunos em diversas faixas etárias, nos proporcionou um olhar mais amplo, na perspectiva de perceber o entendimento desses alunos a respeito da questão relacionada à identidade cultural.

Objetivou-se com esse projeto, a partir do art. 26-A da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que propõe nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, a obrigatoriedade do estudo da História e cultura Afro-Brasileira e indígena, bem como:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (LDB, 1996).

Partindo desses pressupostos, elucidar as temáticas propostas na Lei, aplicando empiricamente em escolas públicas dos referidos ensinos, oficinas pedagógicas perspectivando a constante busca de conhecimento e reflexão sobre a contribuição da cultura africana e indígena no processo de formação da população brasileira e, por extensão, da amazônica. Almejamos, de forma pragmática, oferecer subsídios aos alunos e professores sobre o referido saber histórico e enfatizar os movimentos de luta e as táticas de sobrevivências relacionadas aos dois grupos étnicos, como por exemplo, as chamadas santidades indígenas, os mocambos e quilombos, no mundo colonial e imperial (CARNEIRO, 2011). Considerar também o papel significativo do trabalho e a participação dos indígenas e africanos nos âmbitos econômico, político, e social, nos mais diversos contextos da História do Brasil (CARDOSO, 1990). Mantendo também um compromisso social que está pautado na relação pesquisa ensino-aprendizagem tendo como propósito a reflexão acerca da historicidade de grupos étnicos que fizeram e continuam fazendo parte da identidade e da diversidade, alhures e agora.

O desafio desse trabalho reside nas reflexões acerca das temáticas da História e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena, almejando pensar e ensinar a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena de uma forma *prazerosa e conseqüente*, (PINSKY, 2008).

Inicialmente foi realizada revisão bibliográfica. A partir do estudo minucioso da historiografia relacionada às temáticas em questão as oficinas foram elaboradas e aplicadas nas referidas escolas, compreendendo a cultura escolar dos mencionados espaços de ensino/aprendizagem. Foram realizados registros filmicos para posterior construção de narrativa por meio de vídeos-documentários. Tanto a elaboração das oficinas como a do vídeo esteve pautado nos parâmetros inscritos nas Leis 10.639/03 e 11.645/2008.

A obrigatoriedade da inserção da temática Afro-Brasileira e Indígena no ensino escolar é, para os professores, um desafio, pois suscita a busca de novas abordagens no bojo das salas de aula. Pois, trazer estas temáticas para a docência implica reflexão sobre a cultura como “patrimônio sociocultural”, conforme os PCNs. Por isso, o contexto escolar precisa ser compreendido através de sua especificidade, na perspectiva de verificar como opera sua cultura, seus ritmos, formas de organização, tempo e espaço.

Urge, portanto, condições de possibilidade para que o estudante desenvolva “consciência histórica”, partindo da compreensão de que as culturas Afro-Brasileira e Indígena são componentes significativos para se pensar a identidade nacional a partir da aceção que somos um País heterogêneo, multicultural, construído historicamente por processos de transculturação, de acordo com os PCNs.

METODOLOGIA

Os pressupostos metodológicos estiveram norteados pela perspectiva da História Social da Cultura, a qual busca compreender como as minorias sociais usam estratégias e táticas no bojo de suas sociabilidades, assim como no jogo das tensões sociais nas quais se inscrevem historicamente (CHALHOUB, 1990). A problemática foi trazer à baila a história de sujeitos e agentes históricos quase sempre dissimulados nos registros oficiais (GINZBURG, 2007), e por extensão, nos livros e nas práticas de ensino (FONSECA, 2012).

O projeto de extensão partiu, inicialmente, da revisão bibliográfica acerca de estudos historiográficos relacionados à cultura Afro-Brasileira e Indígena no ensino de história. Este procedimento norteou o olhar sobre o ensino nas escolas públicas do município de Parintins (áreas urbana e rural) elencadas como objeto da extensão em que o projeto se comprometeu efetivar ação de intercessão. Outro caminho foi os estudos pertinentes à utilização das novas tecnologias nas práticas de ensino visando à relação interdisciplinar, incluindo, desta forma recursos e fontes pautadas nos domínios das Artes (pintura, fotografia, cinema), Literatura (poesia e prosa) e

Antropologia (etnologia, etnografia). Apesar de, devido a periodização demandar um ano, ter sido realizado estudos mais generalizantes, almejando a compreensão de conceitos essenciais e, por extensão, da sua importância para o ensino da História, a ida a campo se fez de forma um tanto quanto aparelhada.

Após a análise minuciosa do conteúdo histórico e historiográfico, assim como pedagógico-didático inscrito nessa temática foram produzidas e aplicadas oficinas em sala de aula. Durante a aplicação as oficinas foram feitos registros filmicos, foram registrados também os depoimentos dos gestores, professores de história e alunos, indagados sobre a importância das práticas de ensino voltadas à cultura Afro-Brasileira e Indígena, igualmente, acerca da contribuição das referidas culturas à compreensão da História e cultura brasileira.

No decorrer, principalmente, da feitura, aplicabilidade das oficinas e roteirização, filmagem e edição do vídeo foram utilizados notebook, data show, máquina fotográfica, filmadora, matérias didáticos diversos.

ATIVIDADES REALIZADAS

As atividades foram realizadas em três momentos, conforme os objetivos formulados no Projeto de extensão. Primeiro foram feitas atividades direcionadas aos estudos bibliográficos como, por exemplo, leitura, fichamentos, produção de resumo e discussões no grupo de estudo. Segundo, elaboração de plano para aplicabilidade das oficinas nas escolas, assim como, esboço do roteiro do vídeo documentário. Nesta etapa também foi firmada as parcerias com as escolas da zona urbana (E.E Aderson de Menezes e E.E. Dom Gino Malvestio) e zona rural (E.M São José). Inicialmente, para a apresentação e conhecimento do ambiente escolar foi visitada a escola E. E. Aderson de Menezes. Depois foi a vez da E.E Dom Gino. As visitas ocorreram no período do mês de Novembro/2013.

Seguidamente foram feitas reuniões para estabelecer estratégias para viagens na escola localizada na zona rural e a discussão sobre o planejamento das oficinas na mesma. A primeira viagem para a comunidade da Terra Preta, no Rio Mampurú, aconteceu e nesta viagem, os objetivos do planejamento foram alcançados, a apresentação do projeto para os alunos do 7º ao 8º ano do ensino fundamental, e entrevista com o gestor, já firmando parceria com a escola.

Na segunda viagem já foi para aplicar as três oficinas em sala de aula. Essencialmente as oficinas elucidaram a trajetória histórica da África, sua diversidade, assim como a expansão de sua cultura para o Brasil a partir do processo de colonização portuguesa na América. Paralelo a isto, enfatizou-se a cultura indígena procurando desenvolver a consciência histórica nos estudantes para

que compreendessem que as etnias indígenas deixaram um legado significativo à cultura e sociedade brasileira. Aqui as práticas de ensino giraram em torno da confecção de objetos relacionados à cultura material dos Indígenas e Afro-Brasileiros. Equipes foram organizadas para a realização das atividades e foram solicitadas intervenções dos estudantes para que pudessem refletir sobre o significado histórico de cada objeto, assim como de sua importância como representação cultural.

As visitas posteriores foram para a aplicação das oficinas, tanto na E. E. Aderson de Menezes quanto na E. E. Dom Gino Malvestio, ambas no mês de Maio. Na primeira foi desenvolvida atividade que havíamos planejado para a escola de área rural, voltada à confecção de artefatos relacionados à cultura Afro-Brasileira e Indígena. Uma das particularidades desta escola é o contato mais direto com os indígenas pelo fato destes pertencerem ao corpo discente, mesmo representando uma expressiva minoria. De certo modo, os estudantes no processo da feitura e conclusão dos artefatos concluíram que os indígenas e os negros, “pouco aparecem na história e na sociedade”, e que muitas das vezes “sentimos receio dos costumes dos índios”, conforme as palavras de alguns estudantes, essas atitudes se dão principalmente devido a ideia errônea que se perpetuou sobre o indígena chamado de selvagem e preguiçoso.

Na segunda escola, foram aplicadas oficinas em turmas do ensino médio, do turno noturno, como foi dito na seção “introdução”. Devido à faixa etária foi aplicado um debate a partir de problematizações acerca da temática. Qual a condição do negro e do índio no Brasil e na Amazônia? A História do Brasil elucida a cultura Afro-Brasileira e Indígena? Qual o legado deixado pelos negros e indígenas à contemporaneidade? Foram as questões levantadas para fomentar reflexão. Foi perceptível a importância dos projetos realizados nesta escola, posto que os estudantes no decorrer do debate se reportaram com frequência as atividades desenvolvidas por seus professores, principalmente, no que tangeu à questão indígena.

Após a aplicação das oficinas, foi feita a análise dos seus resultados, a partir de comentários sobre o desenvolvimento e recepção de cada atividade. Nos meses de junho e Julho partimos para a edição do vídeo documentário e a produção do Resumo Expandido e Relatório Final.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante os meses em que estivemos nas escolas percebemos que há um abismo entre discurso (legal) e a prática escolar. Acreditávamos que iríamos mostrar a temática Afro-Brasileira e Indígena pensando que a referida temática já estivesse inserida dentre os componentes curriculares

(norteados pelo projeto político pedagógico), mas a realidade, em algumas escolas, foi diferente, apenas uma trabalhada de fato com as temáticas Afro-Brasileira e Indígenas, as outras esbarram principalmente na questão da falta de formação dos professores em relação as temáticas Afro-Brasileira e Indígenas, que se torna grande entrave para a aplicabilidade da lei.

Entretanto, durante as visitas realizadas na E.E Dom Gino, assim como em conversas com a gestora e o coordenador pedagógico percebemos a aplicabilidade da Lei 11.645/08. O resultado dessa aplicabilidade ocorre por todo ano letivo, visto que os professores partindo de projetos relacionados aos conteúdos que abordam em sala inserem principalmente a “questão indígena” em suas aulas.

Igualmente, observamos certa preocupação como à pesquisa entre os professores da referida escola, assim como a colaboração dos funcionários, alunos e comunidade para que, no fim do ano, ocorra a materialização do que foi trabalhado e pesquisado durante o período escolar, denominado pela referida escola de “*Festival de Tribos*”¹.

Porém, a exemplo de muitas outras escolas, a aplicabilidade das Leis 10.639/03 e 11.645/08 não ocorrem a contento. A temática Afro-brasileira e Indígena é abordada nas práticas de ensino quase sempre nas “datas comemorativas”, e, muitas vezes, de forma mecânica, isto é, desconectada de suas historicidades. Paralelo a isto, apresentando interpretações equivocadas, no que tange as representações do negro e do indígena. Este por meio de um exotismo exagerado (ROCHA, 1984), aquele amarrado à condição de reificado (VISENTINI, 2013)

Durante muito tempo a história do negro e do índio foi um jogo de peças capazes de serem organizadas pela força das circunstâncias, pela ignorância ou por determinados tipos de interesse. Por isso, “*a História dos indígenas e africanos deve ser reescrita, ensinada e aprendida por nós, brasileiros, descendentes direto desses povos...*” (FONSECA, 2012, p.72).

Estudar a História, abordando este tema de forma reflexiva é uma possibilidade para combater o etnocentrismo, tão arraigado nos saberes do ensino de História: como na historiografia, currículos, metodologias, livros didáticos, entre outros, todos esses componentes contribuíram para fortalecer as práticas de exclusão (FUNARI, 2011).

Quando analisamos as falas dos alunos antes e após cada oficina percebemos como este ensino compromissado com o outro é importante. Repensar os elementos que constituem a História é imprescindível, pois dentro deles estão ideias, valores, e noções “*muitos destes valores assumem a*

¹ É pertinente lembrar que o termo “tribo” atualmente vem sendo questionado pela Historiografia e Antropologia contemporânea.

forma de representações que se constituem em fatores fundamentais para a orientação na vida cotidiana e para a ordenação do mundo que nos cerca.” (ROCHA, 1984, p. 13).

De certo modo as oficinas aplicadas nas escolas mobilizaram reflexões sobre a presença e a contribuição da cultura Afro-Brasileira e Indígena para a compreensão da realidade vigente, suscitando problematizações na perspectiva não da tolerância (pois ainda guarda o germe do preconceito), porém, da percepção da diversidade, das diferenças, do outro, na sociedade, na cultura e, portanto, na história (LARAIA, 2009). Pensamos que este projeto de extensão promoveu nos estudantes a constatação do tempo presente como herdeiro do tempo passado. Para tanto, o ambiente escolar foi de suma importância no exercício da referida reflexão.

Em razão disso, nenhuma outra instituição detém mais poder de persuasão quanto a escola, ela pode assumir um papel de alienadora ou de emancipadora (RODRIGUES, 2011). Por isso este projeto assumiu o compromisso de trabalhar essas temáticas nas escolas de forma reflexiva e consequente. Sabíamos que não seria possível uma mudança radical, mas o importante foi lançar a semente, esperamos que esta germine em cada consciência de forma que no futuro, bem próximo, façam parte de uma sociedade melhor, na qual a alteridade seja considerada.

CONCLUSÃO

Apesar da lei 11.645/08 determinar a obrigatoriedade da inclusão do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena tanto nos ensinos fundamental e médio, como nas instituições públicas e privadas, no que tange ao ensino público percebe-se segundo esta pesquisa que tais designações não estão sendo executada como prevê a lei, aja visto que apenas uma das três escolas pesquisadas, conseguiu incorporar e adaptar à sua realidade esse novos conteúdos de História que mostram o negro e o indígena não como seres coisificados, mas como agentes construtores e pertencentes da cultura brasileira.

Para que se construa uma mudança de mentalidade relacionada aos negros e indígenas, desmistificando as ideias errôneas que se constituiu ao longo do tempo, faz-se necessário não só a criação das leis como também a disposição para o cumprimento da mesma como nos mostra Guimarães:

Respeitar, valorizar e incorporar a história e a cultura afro-brasileira e indígena na educação escolar são atitudes que não podem, a meu ver, ser tratada como meros preceitos legais, mas um posicionamento crítico perante o papel da História como componente formativo da consciência histórica e cidadã dos jovens. A História se constitui num campo de saber fundamental na luta pela construção de uma sociedade democrática e multicultural. (GUIMARÃES 2012 001p.80)

Mais que criar leis é procurar meios de implementá-las nas escolas, para que as crianças possam o quanto antes ter acesso a esses conteúdos e que se combata toda e qualquer forma de práticas discriminatórias que ainda estão arraigadas na mentalidade de boa parte do povo brasileiro. Trazer e abordar tais conteúdos em sala de aula é proporcionar e incitar uma reflexão e debate acerca da discriminação racial e principalmente levar a valorização ética e o respeito por aqueles que contribuíram que conhecemos hoje, é preciso que o outro seja respeitado, valorizado, mas para isso precisamos despir-se de todo e qualquer preconceito.

Nessa perspectiva é na escola que vai se desencadear essa rede de saberes, que se dão tanto pelo contato com as diversas culturas dos alunos em si, como também através dos professores que se configuram como importantes agentes nessa construção de saberes. Observou-se nessa pesquisa a necessidade da formação continuada aos professores, uma vez que a maioria não possui formação relacionada a História e Cultura da África e Afro-Brasileira e Indígena, tornando-se uma grande barreira quanto a práticas das obrigatoriedades garantidas em lei, afinal, como falar daquilo que não se conhece?

Portanto a aplicação da lei 11.645/2008 em sala de aula se configura de essencial importância na formação de uma nova mentalidade, e cabe a escola como um todo esse grande papel nessa mudança rumo ao uma sociedade sem preconceitos, com mais igualdade e respeito com o outro, respeitando a diversidade cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Secretaria Especial de políticas de Promoção de Igualdade Racial/MEC, 2004.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Pluralidade cultural/Orientação sexual. 3ª edição. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: A Secretaria, 2001. Volume 10.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CARDOSO, C. F. **O trabalho colonial**. IN.: LINHARES, Maria de Yeda Linhares. História Geral do Brasil. 9ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CARNEIRO, Edison. **O quilombo dos Palmares**; prefácio de Flávio dos Santos Gomes. São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2011.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de História: Experiência, reflexões e aprendizados**. – Campinas, SP: Papirus, 2003.

- _____. “O estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena”. In.: **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões, e aprendizado.** – 13ª ed. ver. E ampl. – Campinas, SP: Papirus, 2012.
- FUNARI, Pedro Paulo. **A temática indígena na escola;** subsídios para professores. São Paulo: Contexto, 2011.
- GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdade, falso, fictício.** Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GUIMARÃES, Selva. **Didática e Prática de Ensino de História: Experiências, reflexões e Aprendizagens/** Selva Guimarães. – 13ª ed. Ver. E ampl. – (Campinas, SP: Papirus, 2012. – coleção Magistérios: Formação e Trabalhos Pedagógicos.
- LARAIA, Roque de Barros. “Como opera a Cultura”. In.: **Cultura, um conceito antropológico.** 23ª ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2009.
- PINSKY, Jayme e PINSKY, Carla Bassanezi. “Como ensinar História: por uma historia prazerosa e consequente”. In. : KARNAL, Leandro (org.). **Historia na sala de aula: conceitos, práticos e propostos** - 3ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- ROCHA, Everardo Pereira Guimarães. “Um índio didático: nota para o estudo de representações”. In: **ROCHA, Everardo Pereira et alii. Testemunha ocular: textos de antropologia Social do cotidiano.** São Paulo: Brasiliense, 1984.
- RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. **História da África e dos africanos.** -Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.